

## A construção “*elle + N*”: evidência da presença banto no português falado em Juiz de Fora no século XIX?<sup>1</sup>

Pryncia Martha Silva Duarte Calegário<sup>2</sup>  
Milena Lepsch da Costa<sup>3</sup>  
Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda<sup>4</sup>

**RESUMO:** Baseando-nos no aporte teórico da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1994, 2001, 2008), discutimos, neste trabalho, como situações de contato linguístico que ocorreram em Juiz de Fora, durante o século XIX, seriam responsáveis por processos de mudança linguística, especialmente no que se refere à instanciação da construção “*elle + N*” (ex.: “*elle testemunha*”), a qual foi sistematicamente encontrada nos dados que analisamos. Nesse caso, baseamo-nos na hipótese de que a sua emergência estaria intimamente relacionada à ausência de artigo definido em línguas de origem africana (cf. Alkmin, 2001, 2002).

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística Variacionista; Língua portuguesa em Juiz de Fora; Contato linguístico.

**ABSTRACT:** Based on theoretical assumptions of Variationist Sociolinguists (Labov, 1994, 2001, 2008), we discuss here how situations of linguistic contact that occurred in Juiz de Fora, during nineteenth century, would be responsible for processes of language change, especially in the emergence of the construction “*elle + N*” (eg.: “*elle testemunha*”), which was found systematically in the data that we have analyzed. So our hypothesis is that its emergence would be related to the absence of definite article in African languages (cf. Alkmin, 2001, 2002).

**KEYWORDS:** Variationist Sociolinguists; Portuguese language in Juiz de Fora; Linguistic contact.

### Introdução

A Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994, 2001, 2008) tem se dedicado sistematicamente à análise de processos de variação e mudança linguística. Sob essa perspectiva, Kroch (1989) reforça que situações de contato linguístico atuam como propulsoras de processos de mudança na língua. Baseando-nos em tal aporte teórico, buscaremos, neste trabalho, discutir em que medida situações de contato linguístico que ocorreram em Juiz de Fora, durante o século XIX, teriam sido as grandes responsáveis pela ocorrência de processos linguísticos de variação e mudança, especialmente no que se refere à instanciação da construção “*elle + N*” (ex.: “*elle testemunha*”), a qual foi sistematicamente

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “A língua portuguesa em Juiz de Fora no século XIX: constituição de um banco de dados anotado”, que é coordenado pela Profa. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda na Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: pryncia\_duarte@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: milenalepsch@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente

encontrada nos dados que analisamos.

Como demonstraremos, a cidade de Juiz de Fora vivenciou, no período, um crescimento bastante expressivo em sua população. E, nesse cenário, teriam concorrido para o aumento populacional intensos processos de migração e de imigração, ocorridos a partir da presença de migrantes vindos das regiões auríferas, de um grande contingente de escravos e de um significativo número de imigrantes alemães e italianos. Nesse sentido, o projeto de pesquisa “A língua portuguesa em Juiz de Fora no século XIX: constituição de um banco de dados anotado”, que é coordenado pela Profa. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda na Universidade Federal de Juiz de Fora, tem como objetivo fundamental analisar se mudanças na estrutura social na cidade de Juiz de Fora teriam concorrido para mudanças de natureza linguística no século XIX. Portanto, partimos do princípio de que muitos dos processos de variação e mudança linguística que teriam ocorrido durante o século XIX realmente seriam decorrentes da intensa situação de contato linguístico estabelecida com escravos africanos integrantes do agrupamento linguístico/cultural banto, já que os escravos que habitaram a região, durante o século XIX, eram primordialmente de origem banto (cf. LUNA & COSTA, 1979, 1982).

No caso específico da construção “*elle* + N”, baseamo-nos na hipótese de que a sua emergência estaria intimamente relacionada à ausência de artigo definido em línguas de origem africana (cf. ALKMIN, 2001, 2002). E, nesse caso, a ocorrência do pronome “*elle*” junto a um nome teria como objetivo estabelecer – paralelamente ao uso do artigo definido diante de nome – um novo padrão construcional que também possuísse função dêitica.

## **1. Sociolinguística Variacionista: alguns conceitos fundamentais**

Para haver linguagem, é necessário que haja interação entre, no mínimo, dois falantes que compartilhem atenção e tenham a mesma intenção comunicativa. A Linguística, entretanto, passou por um longo período desconsiderando o contexto de comunicação e as influências que a linguagem provocava na sociedade, bem como as que recebia dela. O estruturalismo e o gerativismo – abordagens de natureza formalista – deixaram de lado, também, a questão da variação e da mudança linguística, pois consideravam que a língua era um sistema homogêneo e que esses processos não seriam passíveis de sistematização (cf.

MONTEIRO, 2002).

Em 1968, a obra *Empirical foundations for a theory of language change*, de Labov, Weinreich e Herzog, representa o nascimento da Sociolinguística Variacionista, ciência que considera a língua como um fenômeno heterogêneo que passa por processos regulares de variação e mudança, ocasionados por fatores intra e extra linguísticos, isto é, da própria língua e da sociedade, respectivamente.

A Sociolinguística Variacionista tem como objeto de estudo a variação e a mudança. Segundo Labov (1972), quando há a competição/coexistência de duas formas alternativas, sem que uma sobrepuje a outra, temos o processo de variação. Caso uma das formas prevaleça sobre a outra, dizemos que ocorreu uma mudança linguística. Logo, podemos afirmar que toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação gera mudança na língua.

As línguas são vivas e heterogêneas, assim como seus falantes. Portanto, é de fundamental importância que elas sejam consideradas em relação às sociedades que as utilizam. A língua influencia a sociedade e é influenciada por ela. Conforme salienta Labov (2002, p.16), “[...] a língua não é simplesmente um veículo para se transmitir informações, mas é também um meio para se estabelecer e manter relacionamentos com outras pessoas”. E, nesse sentido, vale ressaltar o papel fundamental que as situações de contato linguístico exercem no estabelecimento de processos de variação e mudança linguística.

O contato linguístico, que proporciona a interação entre gramáticas distintas, seria um dos grandes responsáveis pela mudança linguística. Conforme afirma Kroch (1989), a origem da mudança é sempre externa e envolve – como consequência do contato entre línguas – o contato entre gramáticas distintas. Diante disso, pode-se ressaltar que o aspecto demográfico configura-se como um importante fator a ser considerado para se estudarem os processos de variação e mudança linguística ocorridos em Juiz de Fora no século XIX, pois, como discutiremos na seção 3, a cidade contou com intensos processos de migração e imigração, que teriam favorecido a ocorrência desses processos.

## **2. Dêixis: considerações sobre os artigos definidos**

Segundo Castilho (2010, p.123), "a palavra dêixis em português corresponde exatamente à palavra grega *dêixis*, que significa literalmente *mostração*". O termo deriva, por sua vez, do verbo grego *déiknymi*, ‘mostrar’, ‘apontar’”.

Já para Câmara Júnior (1977, p. 90) é definida como:

[...] a faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. (...) A dêixis se baseia no esquema linguístico das três pessoas gramaticais que norteia o discurso: a que fala, a que ouve, e todos os mais seres situados fora do eixo falante-ouvinte.

Buhler (1961[1934] *apud* CASTILHO, 2010) divide as expressões linguísticas em simbólicas e dêiticas e considera que a dêixis, diferentemente dos símbolos, depende da situação de fala na qual está ancorada. De acordo com esse autor, a dêixis representa um ‘primeiro conhecimento da coisa’ e é, através das propriedades dêiticas, que inserimos entidades no discurso.

Levinson (2007 [1983]) postula cinco categorias dêiticas, a saber: a) *dêixis temporal*, a qual diz respeito à codificação de pontos e extensões temporais relativos ao tempo em que a enunciação foi pronunciada ou escrita; b) *dêixis de lugar*, que realiza a codificação das localizações espaciais relativas à localização dos participantes no acontecimento discursivo; c) *dêixis de pessoa*, que codifica o papel dos participantes no acontecimento discursivo em que a enunciação em questão é proferida; d) *dêixis de discurso*, representada pelas referências feitas a porções do discurso em andamento, no qual se localiza a enunciação; e) *dêixis social*, a qual diz respeito à codificação de distinções sociais relativas aos papéis dos participantes, particularmente a aspectos da relação social entre o falante e o(s) destinatário(s) ou entre o falante e algum referente.

Em conformidade com os posicionamentos teóricos abordados acima, pode-se dizer que dêixis é uma categoria semântica, cujo uso depende da situação discursiva. Assim, o entendimento de expressões constituídas por um pronome pessoal (*eu, ele, nós, eles* etc.), um pronome demonstrativo (*esse, este, aquele* etc.), um advérbio (*amanhã, outrora* etc.) ou outras expressões/construções que expressam dêixis depende da situação discursiva, isto é, essas expressões referem-se a algo ou alguém que está dentro ou fora do discurso e que está sendo referenciado por essas estruturas com função dêítica.

Segundo Alves (2008, p. 20), o artigo, assim como o pronome demonstrativo, em alguns casos, apresenta uma natureza dêítica. Nesse caso, o artigo definido remeteria a um referente que faz parte do conhecimento prévio do ouvinte, sujeito co-enunciador. Como destaca Moura Neves (2000, p. 393), o artigo definido determina um substantivo comum, particularizando um indivíduo dentre os demais indivíduos da espécie. É importante destacar que, em latim, não existia artigo. Coutinho (1973) ressalta que os artigos definidos apenas teriam surgido nos últimos tempos do latim vulgar, sendo seu uso atestado em escritores latinos tardios. Os artigos definidos “o, a, os, as” teriam, nesse sentido, se originado dos

pronomes demonstrativos latinos "illu(m)/illa(m)". Diacronicamente, illu(m)>elo>lo>o e illa(m)>ela>la>a seriam os processos de mudança que caracterizaram a implementação dos artigos definidos na língua portuguesa.

Conforme destaca Alkmin (2001, 2002), as línguas de origem africana não são caracterizadas pela presença de artigo definido. No caso específico da construção “*elle + N*”, baseamo-nos na hipótese de que a sua emergência estaria intimamente relacionada à ausência de artigo definido em línguas de origem africana. E, nesse caso, a ocorrência do pronome “*elle*” junto a um nome teria como objetivo estabelecer – paralelamente ao uso do artigo definido diante de nome – um novo padrão construcional que também possuísse função dêitica. Na seção 5, trataremos pontualmente desta questão.

### **3. A história da língua portuguesa em Juiz de Fora no século XIX**

Juiz de Fora, o maior município da Zona da Mata Mineira, passou por um desenvolvimento bastante expressivo e contou com processos de migração e imigração que se configuraram como importantes fatores de contato linguístico a partir de sua integração ao Caminho Novo no século XVIII.

O chamado Caminho Novo foi construído em substituição ao Caminho Velho com o intuito de diminuir a distância que ligava a região mineradora de Minas Gerais aos portos do Rio de Janeiro: o trajeto, que antes era percorrido em 40 dias, passou a ser percorrido em apenas 10 com a construção do Caminho Novo (cf. AFFONSO DE PAULA, 2006).

Cunha Lacerda (2009) observa que a abertura do Caminho Novo apresentou diversas funções, a saber: a) o controle dos descaminhos do ouro; b) o abastecimento do interior; c) a integração entre a capital e o interior; d) o suprimento de escravos para as regiões mineradoras. Essa abertura favoreceu a criação de núcleos urbanos na região da Zona da Mata Mineira. Um desses núcleos urbanos que mais se desenvolveu foi o povoado de Santo Antonio do Paraibuna – atual Juiz de Fora – devido à produção cafeeira que chegou a ser responsável por 60% da arrecadação provincial na década de 1870 (PINHEIRO, 2005). Cunha Lacerda (2009) destaca, ainda, que a produção cafeeira, consolidada na década de 1870 na região, contou com a maior população escrava da província, que era mantida através do tráfico de escravos, já que o desenvolvimento cafeeiro na cidade coincidiu com o período de crise do sistema escravista.

A entrada cada vez mais intensa de escravos na região nos permite observar que Juiz

de Fora passou pelo que podemos chamar de explosão demográfica, num período de apenas 24 anos. Segundo informações apresentadas por Oliveira (1999) e Sousa (2004), no ano de 1831, residia em Juiz de Fora um total de 1.336 pessoas, sendo que 59,14% delas era formada por escravos. Cunha Lacerda (2009, p. 28) arrola que "já em 1855, a população da cidade teria aumentado de forma extremamente expressiva, atingindo o contingente de 27.722 habitantes. Desse total, 16.428 eram escravos [...]".

Um fator também preponderante para a situação de contato linguístico foi a vinda de imigrantes para a cidade. Inicialmente, vieram imigrantes alemães para a construção da Estrada União Indústria (primeira rodovia macadamizada da América Latina), responsável por facilitar o escoamento da produção cafeeira de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Entretanto, Barros (2008 *apud* CUNHA LACERDA, 2009, p. 32) considera que a vinda de imigrantes para a cidade estaria diretamente relacionada à necessidade de suprir a carência de mão de obra em virtude da diminuição da população cativa com o fim do tráfico negreiro. Ainda, segundo Oliveira (1966), a cidade teria recebido, no final do século XIX, 2.276 imigrantes, entre eles italianos – a maioria –, portugueses, alemães, espanhóis, franceses, árabes, austríacos, ingleses, norte-americanos, suíços, russos, argentinos, chineses, polacos, prussianos, irlandeses e egípcios.

Conforme vimos, Juiz de Fora, em sua formação e desenvolvimento inicial, contou com um intenso movimento populacional, o que favoreceu o contato linguístico da população da cidade com imigrantes de diversas partes do mundo e, sobretudo, com a população escrava que, como mencionado, representou, por algum tempo, a maior parte da população da cidade. Nesse sentido, estamos considerando essa situação de contato linguístico como fator preponderante para os processos de variação e mudança pelos quais passou a língua portuguesa em Juiz de Fora no século XIX.

#### **4. Metodologia de análise**

A análise da variação entre a construção “*elle+N*” e presença de artigo definido foi realizada a partir do *corpus* constituído no âmbito do projeto “A língua portuguesa em Juiz de Fora no século XIX: constituição de um banco de dados anotado”, que é coordenado pela Profa. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda na Universidade Federal de Juiz de Fora. O *corpus* é formado por transcrições de processos criminais de ofensa verbal que integram o acervo do Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Os processos criminais de ofensa

verbal, datados do século XIX, permitem aferir o vernáculo, ou seja, é possível encontrar marcas de oralidade representativas da língua portuguesa falada durante o período na cidade. Nesse sentido, este tipo de texto traz particularmente as seguintes vantagens: a) apresentação de datação; b) indicação explícita da autoria; c) presença de informações contextuais básicas, como, por exemplo, o local em que foram produzidos e a que ou a quem se destinam; d) representação do vernáculo, isto é, presença de traços de oralidade.

Como destaca Schneider (2004, p. 72-73), seriam mais confiáveis os textos que representem o registro direto de um evento de fala em particular. Esta foi, portanto, a grande preocupação do projeto, já que se optou por uma situação comunicativa específica na qual fica evidente que a maior preocupação da pessoa responsável pela escritura do texto não era com a forma, mas sim com a representação da realidade retratada. Sob essa perspectiva, os processos criminais de ofensa verbal permitem atestar discursos representativos das “diferentes vozes” que compunham a sociedade da época, já que o escrivão tendia a transcrever exatamente o que ouvia das testemunhas e das partes envolvidas nos processos criminais. Acreditamos, portanto, que este tipo de documento possibilita um estudo mais pontual e sistemático de processos de variação e mudança linguística.

Neste trabalho, realizaremos uma análise qualitativa dos dados. Nossa intenção é estabelecer um paralelo entre o uso da construção “*elle + N*” e a presença substancial de escravos na cidade de Juiz de Fora durante o século XIX. Nesse sentido, baseamo-nos na hipótese de que a sua emergência estaria intimamente relacionada à ausência de artigo definido em línguas de origem africana (cf. ALKMIN, 2001, 2002). E, nesse caso, como acreditamos, a ocorrência do pronome “*elle*” junto a um nome teria como objetivo estabelecer – paralelamente ao uso do artigo definido diante de nome – um novo padrão construcional que também possuísse função dêitica.

## **5. Análise qualitativa dos dados: algumas conclusões**

Conforme já discutido na seção 1, as situações de contato linguístico fomentam a ocorrência de processos de variação e mudança na língua. Conforme mencionado anteriormente, o aspecto demográfico da cidade de Juiz de Fora no século XIX configura-se como um fator revelador do intenso contato linguístico entre a população da cidade e escravos de origem africana.

Atualmente, muitos estudiosos têm se dedicado ao estudo das influências das línguas

africanas no português brasileiro. Segundo Alkmin (2001, 2002), há alguns traços do PB que seriam decorrentes do contato com línguas africanas, a saber: a) mistura das formas de tratamento; b) uso do próprio nome em lugar do pronome de 1.<sup>a</sup> pessoa; c) uso de forma verbal/pronominal de 3.<sup>a</sup> pessoa; d) ausência de concordância de gênero; e) ausência da marca redundante de plural; f) omissão de artigo definido; g) ausência de concordância verbal; h) uso do presente do indicativo em lugar do presente do subjuntivo; i) indefinido “tudo” em lugar de “todos”; j) uso da forma subjetiva do pronome em função de objeto; k) ausência do reflexivo “se”; l) ausência do “r” final; m) ausência do “l” final; n) fechamento do timbre da pretônica; o) fechamento do timbre da vogal de monossílabos; p) ieísmo; q) despalatalização; r) redução de ditongos: ew → e, oy → o, ow → u, õwn → o; s) ditongação; t) metátese; u) paragoge; v) prótese; x) epêntese de vogal em grupo consonantal; z) aférese.

Como vimos acima, Alkmin (2001, 2002) aponta que a ausência de artigo definido seria decorrente do contato linguístico com línguas africanas. Como a população de Juiz de Fora era constituída, durante o século XIX, por um número bastante expressivo de escravos, acreditamos que a emergência da construção “elle + N” estaria intimamente relacionada à ausência de artigo definido em línguas de origem africana. E, sob essa perspectiva, a ocorrência do pronome “elle” junto a um nome teria como objetivo estabelecer – paralelamente ao uso do artigo definido diante de nome – um novo padrão construcional que também possuíse função dêitica.

A fim de atestar a função dêitica desta construção – similar à função exercida pelo artigo definido –, analisaremos cinco ocorrências extraídas dos processos criminais de ofensa verbal do século XIX. Mais precisamente, analisaremos cinco ocorrências retiradas de documentos com as seguintes datações: 1849, 1857, 1860, 1865 e 1874. Através da realização de paráfrases, buscaremos comprovar que a função dêitica da construção “elle + N” se aproximaria da função dêitica do artigo definido:

(1) [...] e como ja estivessem no canto da casa da Sibeira **elle testemunha** não pode prezenziar qual dos Portugueses dera o tiro (Processo criminal de ofensa verbal do Arquivo Histórico de Juiz de Fora –1849)

(1’) [...] e como ja estivessem no canto da casa da Sibeira **a testemunha** não pode prezenziar qual dos Portugueses dera o tiro.

Como se pode observar nos enunciados (1) e (1’), a comutação de “elle + N” por “artigo definido + nome” não acarreta mudança semântica. Em (1) e (1’), vemos que tanto “elle” como o artigo definido apresentam função dêitica, uma vez que particularizam o nome

“testemunha” dentro do contexto situacional presente no processo criminal datado de 1849, ou seja, indicam se tratar de uma testemunha específica.

(2) Voltando **elle respondente** encontrou-se com Francisco Ignacio em frente a porta de Jose Augusto, e perguntando lhe se ainda tinha do Toucinho que compraraõ [...] (Processo criminal de ofensa verbal do Arquivo Histórico de Juiz de Fora –1874)

(2’) Voltando **o respondente** encontrou-se com Francisco Ignacio em frente a porta de Jose Augusto, e perguntando lhe se ainda tinha do Toucinho que compraraõ [...].

Esse exemplo mostra que a comutação do artigo definido pela construção “elle +N” não acarreta prejuízo de sentido para a frase. Tanto uma quanto a outra construção especificam o nome ‘respondente’.

(3) Enada mais o que ahi entimei eu Escrivão a **elle testemunha** para qualquer mu = mudança que tenha de faser pa = ra fora deste District (Processo criminal de ofensa verbal do Arquivo Histórico de Juiz de Fora – 1849)

(3’) Enada mais o que ahi entimei eu Escrivão **à testemunha** para qualquer mu = mudança que tenha de faser pa = ra fora deste District.

O mesmo pode ser observado em (3) e (3’). Pudemos substituir a construção “elle testemunha” pela construção “a testemunha” sem que o valor semântico do enunciado se alterasse.

(4) Estes derigirão algumas palavras que **elle testemunha** não entendeo por não saber o idioma português. (Processo criminal de ofensa verbal do Arquivo Histórico de Juiz de Fora – 1860)

(4’) Estes derigirão algumas palavras que **a testemunha** não entendeo por não saber o idioma português.

Analisando também este exemplo, observamos que, tanto em (4) quanto em (4’), os itens negritos apresentam a função dêitica delimitadora/especificadora; o que nos mostra que a construção “elle +N” compartilha essa função com o artigo definido.

(5) [...] e que hia esperar por elle na casa de Dona Joanna para **elles testemunhas** em presença della assignarém a dita carta. (Processo criminal de ofensa verbal do Arquivo Histórico de Juiz de Fora – 1865)

(5’) [...] e que hia esperar por elle na casa de Dona Joanna para **as testemunhas** em presença della assignarém a dita carta.

Esse último exemplo também contribui para corroborar nossa hipótese, pois, do mesmo modo, a possibilidade de comutação de ‘elle’ por artigo definido garante ao enunciado o mesmo valor semântico.

Diante dos dados analisados, podemos perceber que a não utilização do artigo pelas línguas africanas, como postula Alkmin (2001, 2002), deixa claro que os escravos, por não utilizarem artigo em suas línguas de origem, teriam lançado mão da construção “elle’ + N”, para exercer o papel e as funções do artigo definido na língua portuguesa. E, como a língua é um produto social estabelecido a partir de constantes situações de contato linguístico, este traço teria se difundido na língua portuguesa falada em Juiz de Fora no século XIX.

## **Conclusões**

Neste trabalho, partimos da hipótese de que a construção “elle + N”, que foi sistematicamente encontrada nos dados que analisamos, estaria intimamente relacionada à ausência de artigo definido em línguas de origem africana (cf. ALKMIN, 2001, 2002). E, nesse caso, a ocorrência do pronome “elle” junto a um nome teria como objetivo estabelecer – paralelamente ao uso do artigo definido diante de nome – um novo padrão construcional que também possuísse função dêitica. Nesse sentido, se tornou fundamental verificar que a cidade de Juiz de Fora vivenciou, durante o século XIX, um crescimento bastante expressivo em sua população, ocasionado por intensos processos de migração e imigração e pela presença maciça de escravos.

A cidade de Juiz de Fora – maior município da Zona da Mata Mineira – foi escolhida por apresentar, historicamente, um papel muito importante para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Como vimos, o município integrou o Caminho Novo – nova rota estabelecida para o escoamento do ouro proveniente da região mineradora – e se tornou, no século XIX, um grande centro exportador de café. Além disso, a cidade, em decorrência de seu acelerado processo de crescimento, vivenciou uma expressiva expansão de seu contingente populacional. Portanto, partimos do pressuposto de que o estudo da língua portuguesa em Juiz de Fora pode fornecer importantes indícios de como os contatos linguísticos ocorridos durante o século XIX – fundamentalmente no que tange à presença maciça de escravos na cidade e região – estariam diretamente relacionados a processos de variação e de mudança na língua.

## Referências bibliográficas

- AFFONSO DE PAULA, R. Z. *História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à "industrialização periférica"*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006.
- ALKMIM, T. M. Estereótipos linguísticos: negros em charges do séc. XIX. In: ALKMIM, Tânia Maria. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Novos estudos. v. III. São Paulo: Humanitas, 2002.
- \_\_\_\_\_. A variedade linguística de negros e escravos: um tópico da história do português no Brasil. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Primeiros estudos. v. II. t. 2. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.
- ALVES, A. P. M. *Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- CÂMARA JR, J. M. *Dicionário de Linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.
- CUNHA LACERDA, P. F. A. *A língua portuguesa em Juiz de Fora no século XIX: uma investigação sócio-histórica do falar da Zona da Mata Mineira*. Relatório de pós-doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, n. 1, 1989.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972
- \_\_\_\_\_. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y. (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Principios del cambio lingüístico*. vol. 1. Trad. de Pedro Martín Butragueño. Madrid: Gredos, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change*. Vols. 1 e 2. Malden/Mass. Blackwell, 2001.
- LEVINSON, S. C. A dêixis. In: *Pragmática*. Trad. Borges e Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1983].
- LUNA, F. V.; COSTA, I. N. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FINEP, Pioneira, 1982.
- \_\_\_\_\_. Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIX. São Paulo: USP, 1979.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

OLIVEIRA, M. R. *Negócios de famílias: mercado, terra, e poder na formação da cafeicultura mineira - 1780-1870*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 1999.

PINHEIRO, F. W. A. A Zona da Mata mineira e sua participação no tráfico de escravos para Minas Gerais (1808-1850): uma proposta de pesquisa. In: *I Colóquio do Lahes*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

SCHNEIDER, E. W. Investigating variation and change in written documents. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. & SCHILLING-ESTES, N. *The Handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004.

SOUZA, S. M. A presença camponesa em uma região agroexportadora no período escravista – Juiz de Fora (1870 – 1888). *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 6 n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.rehb.ufjf.br/>. Acesso em 16 de mar. de 2008.

WEINREICH, U., LABOV, W., HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. eds. *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. University of Texas Press, 1968.